



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638258 - SP (2021/0000462-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - SP305314  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA PEREIRA DA CONCEICAO  
(PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA PEREIRA DA CONCEIÇÃO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2258780-17.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e teve a sua prisão convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal a justificar a prisão preventiva, tendo em vista que o paciente é primário, tem endereço fixo e o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça. Aduz ainda que ante a atual situação de pandemia de covid-19, recomenda-se a adoção de encarceramento preventivo apenas para situações que realmente o exijam.

Requer, liminarmente, a imediata expedição de alvará de soltura ao paciente, para que possa aguardar em liberdade o julgamento da ordem e, subsidiariamente, a fixação de uma das medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal.

No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente